

"Centrão" negocia estabilidade

08 JAN 1988

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

Coordenadores do "Centrão" reuniram-se ontem com Luiz Antônio de Medeiros, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que congrega 370 mil trabalhadores. Na pauta de discussão, três temas polêmicos: estabilidade, aposentadoria e estrutura sindical.

Medeiros, que também representou Antônio Rogério Magri, presidente do Sindicato dos Eletricistas de São Paulo, com 30 mil filiados, disse que a conversa era inevitável "porque o 'Centrão' é maioria e é hábito do movimento sindical discutir com quem tem poder".

Dos três pontos que constavam do que chamou "ordem do dia", Medeiros considerou um avanço o "Centrão" ter aceitado incluir

em sua emenda que o cálculo do valor da aposentadoria deve ser feito de acordo com a média do último ano do salário de contribuição (atualmente o maior salário de contribuição é de vinte salários mínimos), mais a garantia de que o poder aquisitivo do provento seja mantido. A forma dessa garantia, que pode ser a correção monetária, ainda não está definida. Medeiros afirmou que, se aprovada, a proposta quase equipara os aposentados com os ativos.

O deputado José Lins (PFL-CE) disse que a garantia à manutenção do poder real do vencimento deve ser estudada com cuidado de forma a que não falem recursos à Previdência. Se falta pouco para um completo entendimento na questão da aposentadoria, em relação à estabilidade as divergências são maiores. Embora os dois lados concordem com o pagamento de uma indenização proporcional em relação ao tempo de serviço, os sindicatos querem que essa indenização seja retroativa e o "Centrão" quer a sua introdução a partir da entrada em vigor da nova Carta. O argumento do grupo é que ao retroagir-se a indenização (desde o início do contrato de trabalho) estará onerando-se o bom empregador, que mantém seus empregados há anos, através do grande aumento de seu passivo e beneficiando aqueles que mantêm grande rotatividade de mão-de-obra.

Medeiros admitiu que essa questão é complexa, mas que faltam seis dias até o final do prazo para apresentação de emendas ao projeto constitucional e

Articulação dos moderados

por Andrew Greenlees de Brasília

O "grupo do entendimento" — bloco moderado do qual participam constituintes de diversos partidos — concluiu ontem a elaboração de suas propostas para os direitos trabalhistas, um dos capítulos mais discutidos durante os trabalhos constitucionais. Posteriormente, este bloco parlamentar deverá buscar um acordo sobre os temas trabalhistas, entre outros, com o "Grupo dos 32", também de tendência moderada, que foi formado já no período da Comissão de Sistematização.

Na reunião de ontem do "entendimento", presidida pelo senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), decidiu-se que o grupo defenderá a relação de emprego protegida contra a demissão arbitrária, na forma e condições que a lei estabelecer. O dispositivo simplifica a intensa discussão sobre a estabilidade no emprego, remetendo-a para a lei ordinária.

"A duração do trabalho não será superior a oito horas diá-

rias, respeitadas as disposições de convenção coletiva ou acordo, assegurada a média mensal de até 44 horas semanais." Esta foi a fórmula encontrada para a jornada de trabalho. A hora extra, segundo o "entendimento", deverá ser paga com acréscimo de, no mínimo, 50% da remuneração do trabalho normal. Fica mantida ainda a licença de 120 dias para gestantes, com salários pagos pela empresa.

Uma das coordenadoras do "Grupo dos 32", a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), disse ontem que acredita num acordo entre diversos grupos, inclusive com a participação de membros do "Centrão", que permita uma rápida votação de capítulos como Direitos Individuais, Direitos Sociais, Organização do Estado, Poder Legislativo, Poder Judiciário, Saúde, Previdência, Educação e Ministério Público. Na Ordem Econômica, a dificuldade deverá ser o item tributação. "Temos uma linha de pensamento parecida", confirmava um dirigente do "Centrão", o deputado José Lins (PFL-CE).

que até lá poderá haver um entendimento.

Também há divergências em relação à estrutura sindical. Enquanto o "Centrão" propõe a pluralidade na base (vários sindicatos para uma mesma categoria) com unicidade a nível estadual ou nacional (manutenção das federações e confederações), os sindicatos desejam uma combinação entre a unicidade e a pluralidade. Essa combinação, disse Medeiros, se-

ria a possibilidade de se ter mais de um sindicato por categoria, mas a negociação seria feita com o majoritário. Ele entende que o termo majoritário não deve ser definido em lei, mas sim pelos trabalhadores.

"Nós não concordamos com a proposta do 'Centrão' porque manter as federações e confederações é o mesmo que manter a enorme burocracia existente hoje", disse Medeiros.

A emenda de Albano Franco

por Andrew Greenlees de Brasília

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), senador Albano Franco (PMDB-SE), quer derrubar o dispositivo aprovado pela Comissão de Sistematização da Constituinte que nacionalizou a distribuição de derivados de petróleo no País. Para tanto, o senador apresentou ontem emenda que exclui essa atividade dos itens classificados como "monopólio da União".

Albano Franco foi protagonista de uma das mais curiosas cenas na Constituinte, justamente no momento em que se votava a

proposta do deputado Fernando Santana (PCB-BA) de nacionalizar a distribuição dos derivados. O senador entrou no plenário em meio à votação, quando seu nome era chamado para votar. Olhando ao redor, em busca de orientação, pois não sabia o tema em debate, ouviu diversos "sim" serem sussurrados por parlamentares, principalmente da esquerda.

A surpresa tomou conta do plenário quando o presidente da CNI votou favoravelmente à nacionalização, obedecendo às "sugestões". A esquerda explodiu em aplausos, enquanto o deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) pulou da

cadeira classificando de "loucura" (além de outros termos mais fortes) o voto do senador. Franco imediatamente reconheceu o erro, mas já era tarde para mudar o resultado.

"Minha atuação na política nacional, os cargos que tenho a honra de assumir na direção do empresário nacional e minha vida como empresário explicam o posicionamento contrário a este dispositivo e qualquer outro que permita a ingerência do Estado em atividades econômicas exploradas lucrativamente e de maneira socialmente útil pela iniciativa privada", diz o senador, na justificativa da emenda.

O apoio dos empresários

por Andrew Greenlees de Brasília

"O texto é o que está mais de acordo com a nossa proposta de trabalho", disse ontem o presidente da Confederação Nacional do Comércio e membro do conselho diretor da União Brasileira dos Empresários (UBE), Antônio Oliveira Santos, ao comentar as emendas que os moderados e conservadores do "Centrão" vêm preparando para modificar o projeto da Comissão de Sistematização da Constituinte.

O conselho diretor da UBE reuniu-se ontem em Brasília para discutir questões econômicas, principalmente os trabalhos da Constituinte. Participaram do encontro os empresários Roberto Bornhausen, Camilo Cola, Alysso Pauli-

nelli, Albano Franco, Amaury Temporal e Arthur João Donato, representando diversos setores vinculados à UBE.

Segundo Oliveira Santos, a principal preocupação da entidade é o mecanismo de indenização para demissões adotado pelo "Centrão". Pela proposta do grupo, o trabalhador demitido sem justa causa teria direito ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, além de indenização de um mês de salário para cada ano trabalhado na empresa. "É preciso que haja uma ressalva de que este sistema passa a vigorar a partir da promulgação da nova Carta", afirmou o presidente da CNC.

A explicação, conforme Oliveira Santos: se o mecanismo for aplicado inclusi-

ve para o período em que o funcionário serviu à empresa antes de se promulgar a Constituição, o Brasil terá "um passivo potencial trabalhista de US\$ 150 bilhões", levando-se em conta que o País tem cerca de 40 milhões de trabalhadores e a média de permanência na empresa situa-se por volta de dez anos.

A saída defendida pela UBE, nos casos de demissão, está em garantir a indenização a partir da vigência da nova Carta e pagar o FGTS correspondente ao período anterior, acréscimo de um percentual deste fundo a ser determinado.

A UBE deverá convocar nos próximos trinta dias uma reunião de seu conselho consultivo, presidido por Antônio Ermírio de Moraes.